2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 6670/2007****Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 1058/06.4TYLSB**Credor — Ministério Público e outro(s).
Insolvente — Arco Iris — Artes Gráficas, L.^{da}

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 10 de Julho de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Arco Iris — Artes Gráficas, L.^{da}, número de identificação fiscal 501960287, com sede na Rua do Sol, lote 19, loja, Rio de Mouro, 2635-397 Rio de Mouro.

É administrador do devedor Paulo Jorge Graga Graça, na qualidade de legal representante de Arco Iris — Artes Gráficas, L.^{da}, com endereço na Avenida da Revolução, lote 15, 3.º, esquerdo, 2890 Alcochete.

Para administrador da insolvência é nomeada Maria Virgínia Figueira, com endereço na Praça de Joaquim Machado Castro, 13, 3.º, esquerdo, Varge Mondar, 2635-464 Rio de Mouro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 18 de Outubro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

5 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria José de Almeida Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Ilda Brandão G. Graça*.

2611051007

Anúncio n.º 6671/2007**Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 476/07.5TYLSB**Insolvente — ARRÁBIDAFRIO — Equipamentos Hoteleiros, L.^{da}
Presidente da comissão de credores — legal representante de MACIMPOR — Internacional, S. A., e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 8 de Maio de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor ARRÁBIDAFRIO — Equipamentos Hoteleiros, L.^{da}, número de identificação fiscal 503614602, endereço na Rua da Camarinha, 31, 2900 Setúbal, com sede na morada indicada. São administradores do devedor:

Jacinto Manuel da Cruz Batista, endereço na Urbanização Quinta da Serralheira, lote 33, 2910 Setúbal;

Anabela Varela Cordeiro Batista, endereço na Urbanização Quinta da Serralheira, lote 33, 2910 Setúbal.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Cruz Oliveira, endereço na Rua de Jacinta Marto, 8, 2.º, frente, 1150-192 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 18 de Outubro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatório a constituição de mandatário judicial.

12 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria José de Almeida Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Ilda Brandão G. Graça*.

2611051045

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 6672/2007****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 353/07.0TYLSB**Devedor — COGOLO — Sociedade de Construções, L.^{da}

No 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 11 de Abril de 2007, pelas 12 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor COGOLO — Sociedade de Construções, L.^{da}, com sede na Rua Nova do Operário, lote 9, 1.º, direito, Amadora.

São administradores do devedor José de Jesus Horta, com domicílio na Rua da Bela Vista, 31, Dona Maria, 2715 Almagem do Bispo, e Emília Martins Júlio Horta, com domicílio na Rua da Bela Vista, 31, Dona Maria, 2715 Almagem do Bispo.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Francisco Guilherme Fernandes Vaz Garcia dos Santos, com domicílio na Rua de Francisco Baía, 12, 4.º, direito, 1500-144 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 26 de Setembro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

28 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

2611051251